

“Uma situação bastante cômoda”

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O presidente do Banco do Brasil, Camilo Calazans, classificou ontem a posição dos credores brasileiros de “bastante cômoda, porque o que mais interessa a eles é receber os juros da dívida; e isso o País está conseguindo, graças ao saldo da balança comercial, previsto em US\$ 12 bilhões para 1985 e 1986”. Segundo Calazans, os bancos não deverão colocar qualquer obstáculo para a renegociação das linhas de financiamento de curto prazo e nem ao pedido de prazos menores para o início do pagamento do principal, “pois um acordo de longo prazo não interessa a eles, enquanto possa ser vantajoso para o Brasil”.

Na conversa que teve com os jornalistas, após um almoço oferecido à imprensa em confraternização de fim de ano, Calazans disse que na questão da dívida externa não dá para copiar a postura de Alan Garcia, presidente do Peru, que ao tomar posse anunciou aos credores que pagaria aos credores internacionais apenas um equivalente a 10% de suas exportações, o que vem sendo cumprido, na prática. Mostrou-se também solidário à decisão do Ministério da Fazenda de não honrar os débitos do Comind e Auxiliar, contraídos junto aos bancos estrangeiros pela resolução 63. Esses débitos somam US\$ 415 milhões.

Calazans revelou que o Banco do Brasil chegou a comprar alguns créditos da agência do Comind em Nova York, assinalando que esses créditos

“eram bons” — “o comind estava sendo cobrado pelos seus depositantes e não tinha dinheiro”, explicou, acrescentando que, embora tivesse receios de que os bancos estrangeiros viessem a boicotar os bancos brasileiros no Exterior, a partir da liquidação do Comind e do Auxiliar e em seguida à negativa do governo de não honrar os empréstimos via resolução 63, isso não ocorreu.

O presidente do BB afirmou ainda que 1985 foi um ano de retomada do Banco do Brasil, “para chegar à condição que era antes”. Os empréstimos, segundo ele, cresceram em 25% reais, e o objetivo será recolocar o Banco do Brasil na posição que esteve até 1978, quando detinha 30% do movimento das operações bancárias — o que, em 1984, caiu para 8%. Calazans ressaltou que o projeto de tornar a instituição num conglomerado tipo Bradesco, Itaú, Nacional, etc. não significa o avanço da estatização do sistema financeiro, “porque o papel do Banco do Brasil é direcionado ao fortalecimento do setor privado da economia, através da maior concessão de financiamentos e da estabilização das taxas de juros”.